

## **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UEG CÂMPUS GOIANÉSIA NOS ANOS 2005 e 2015: ANÁLISE COMPARATIVA**

**Euzeanne Elias de Souza Rodrigues,  
Iria Brzezinski**

1 Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT) da Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de CSEH/UEG.

2 Doutora em Administração Educacional pela Universidade de São Paulo (USP) e Docente da Universidade Estadual de Goiás.

### **Resumo**

A presente investigação é de abordagem qualitativa, pesquisa documental, análise de documentos, e estudos comparativos entre concepções, processos e procedimentos metodológicos da autoavaliação na Universidade Estadual de Goiás (UEG), – Câmpus Goianésia, anos 2005 e 2015. O objeto de pesquisa e o processo de autoavaliação institucional na UEG. O objetivo geral consiste em realizar estudos comparativos dos anos 2005 e 2015 do processo de autoavaliação que envolveu discentes e docentes do mencionado Câmpus, com vistas a contribuir com o aprimoramento da finalidade e dos objetivos da UEG: universidade pública, estadual, estatal, gratuita, *multicampi* e interiorizada. Enuncia-se assim o problema da pesquisa: Que relações podem ser estabelecidas entre o processo de autoavaliação da UEG, nos anos 2005 e 2015, com base na análise da avaliação realizada por discentes e docentes. Os objetivos específicos são: analisar, mediante estudos comparativos, o processo de institucionalização e desenvolvimento da autoavaliação – Câmpus Goianésia. O método adotado foi o materialismo histórico dialético. A fundamentação teórica toma por base a concepção de avaliação institucional, como um processo contínuo de oferta de subsídios à comunidade acadêmica, com socialização e ampla divulgação das potencialidades e fragilidades de todos os cursos de graduação da UEG. Essa fundamentação assenta-se em ideias de: Brzezinski, Carneiro, Brito (2003, 2006); Dias Sobrinho (2000); Afonso (2001), Shiroma (2003), etc. As análises entre os anos em estudo revelam a disparidade quanto a concepção de avaliação institucional. Entende-se que há a necessidade de mudanças no atual modelo e funções da avaliação institucional na UEG, no entanto, não é solução a fragmentação de eixos e dimensões como praticado em 2015, visto que impossibilita o atendimento ao princípio de totalidade do processo avaliativo apregoado desde 2005.

**Palavras-chave:** Avaliação Institucional. Autoavaliação. Universidade Estadual de Goiás.

### **Introdução (Problemática e Objetivos)**

No presente trabalho, tem-se por objetivo apresentar a avaliação institucional no Câmpus Goianésia nos anos 2005 e 2015. Para tanto, realiza-se uma análise comparativa, demarcada pelos anos citados, cujos relatórios de autoavaliação geral da UEG e os do Câmpus, objeto de estudo -

Autoavaliação Institucional -, serão determinantes para analisar particularmente as informações e os relatos dados pelos segmentos discente e docente.

Pretende-se verificar, mediante os relatórios elaborados pelos avaliadores institucionais internos responsáveis pelo processo de autoavaliação no Câmpus Goianésia/UEG, se as dimensões e metas foram alcançadas ou não. Pretende-se também identificar se esses resultados vêm subsidiando a gestão e o planejamento da Universidade e do Câmpus Goianésia, em um processo avaliativo contínuo, para fins de tomada de decisões dos gestores institucionais em relação às mudanças que permitam a superação das fragilidades e o fortalecimento das potencialidades da UEG, apontadas pela avaliação institucional.

A escolha do ano de 2005, como limite mínimo temporal é decorrente do desenvolvimento na UEG do processo de avaliação institucional após criação dos SINAES, em 2004 e pela implementação da autoavaliação na UEG pela CAAI, entendida como pesquisa de caráter formativo, contínuo e democrático com vistas a desenvolver uma cultura de avaliação uegeana. A comparação com o ano de 2015 objetiva compreender os avanços e retrocessos relacionados com um novo projeto de UEG, adotado em 2011, assentado na concepção gerencialista<sup>1</sup>. Essa concepção foi determinada pela Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás e atingiu a todos os órgãos do Estado. Esse projeto adotou a gestão de cunho gerencialista, servindo aprioristicamente como prestadora de contas trienais.

### Referencial Teórico

Desde 2002, na UEG foi desenvolvido o Programa de Avaliação Institucional<sup>2</sup>. Efetivado nos anos de 2003 e 2004, esse Programa, com vigência até 2006, teve, entre outros, o objetivo de contribuir para a definição da identidade institucional. Defende-se que essa identidade se constitua em um processo coletivo, com intensa participação da comunidade *uegeana* representada por professores, pesquisadores, técnicos e estudantes, nos diferentes espaços acadêmico-administrativos institucionalizados, tendo como política a construção da cultura de avaliação nesta Instituição. Desde 2005, os pesquisadores da CAAI e os professores avaliadores das UnU desenvolveram a avaliação

<sup>1</sup> A concepção gerencialista segundo Shiroma (2003) defende a racionalidade dos custos, o estado mínimo, nova cultura gestonária, cuja valoração está na eficiência, eficácia, efetividade e produtividade, preocupada com a implantação técnica e estrutural, e não humanística e cultural.

<sup>2</sup> O processo de avaliação institucional na UEG foi inaugurado em setembro de 2002 quando foram convidados para assumir a Coordenação da Assessoria de Avaliação Institucional da UEG (CAAI) a Profa. Dra. Iria Brzezinski (UCG) como coordenadora e os professores Dra. Maria Esperança Fernandes Carneiro (UCG) e Ms. Wanderley Azevedo de Brito (UCG) como assessores. Este grupo de pesquisadores elaborou o Programa de Autoavaliação Institucional (PAI) – considerado o primeiro documento formal aprovado pela Estatuinte da UEG, com a finalidade de orientar o desenvolvimento da autoavaliação institucional. Em 2002, a CAAI assumiu as atividades de autoavaliação e os processos avaliativos necessários para um diagnóstico institucional, implementado em 2003-2004, bem como a elaborou o Projeto de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Avaliação Institucional para formar 60 professores e funcionários que se integravam aos Núcleos de Avaliação Institucional (NAI). (cf. CAAI, Relatório de Avaliação Institucional da UEG, 2005 e NASCIMENTO, 2008).

institucional interna preservando “a especificidade e as particularidades de cada Unidade Universitária e Polo assegurada, por meio deste princípio, a unidade complexa como núcleo articulador da avaliação global da universidade” (BRZEZINSKI; CARNEIRO; BRITO, 2003, p. 27).

Conforme o contexto e os sujeitos, a autoavaliação evidencia encaminhamentos para tomada de decisões dos planejadores e gestores institucionais, mas também suscita embates e conflitos. Supõe-se que ao pesquisar a UnU/Câmpus Goianésia, nas autoavaliações realizadas em 2005 e em 2015, haja a possibilidade de compreender o processo de avaliação de caráter educativo e formativo, o método de pesquisa, os percursos, as dificuldades, as tensões bem como os resultados das ações implementadas.

Os avaliadores envolvidos com a avaliação institucional implementada pela CAAI/UEG e os NAI, com base no Programa de Avaliação Institucional (PAI), reconhecem que o processo de autoavaliação constitui estímulo para mudanças, desde que haja decisão dos gestores, pois o processo avaliativo “compõe-se das análises das interfaces entre os dados específicos relativos a cada UnU, pelos quais se poderá conhecer a instituição na sua totalidade” (BRZEZINSKI; CARNEIRO; BRITO, 2006, p. 69). O autoconhecimento de uma universidade implica participação de toda comunidade acadêmica: discentes, docentes, gestores, técnicos administrativos, é um processo coletivo.

Os processos e resultados da autoavaliação revelam as necessidades, os pontos positivos e negativos das atividades acadêmicas, científicas e culturais que abrangem o ensino, a graduação, a pós-graduação, a pesquisa e a extensão. O produto de um processo de autoavaliação democrática, com participação efetiva da comunidade acadêmica, é ponto de partida para avaliação externa que tem caráter regulatório e é realizada por comissões de especialistas constituídas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/GO). Essa prática de auto e hétero avaliação deve ser processual, visto que a universidade se avalia e é avaliada por comissões externas. Os procedimentos de avaliação interna ao tornarem-se processuais, coletivos e cotidianos tendem a promover a cultura da avaliação, tornando a ação avaliativa um *continuum* e, ao mesmo tempo, uma ação formativa.

A avaliação institucional ao assumir a natureza formativa como “[...] mecanismo omnipresente, [...] contribui para a socialização dos indivíduos [...]” (AFONSO, 2000, p. 23) e oferece oportunidades de desvendar a realidade, de incentivar o replanejamento e a tomada de decisão pelos gestores de modo interativo e democrático.

O desenvolvimento de uma cultura de avaliação desperta a tomada de consciência ao desvelar resultados do processo de curto e médio prazo e estimula ações que devem procurar equacionar o que há de negativo, bem como aperfeiçoar os pontos cujas qualidades sobressaíram, ultrapassando a simples formalidade técnica. Essa formalidade é de tendência administrativa gerencialista que tomou conta da gestão e do planejamento das instituições de ensino superior, porém os teóricos da autoavaliação institucional advogam que a avaliação “deverá ser concebida como um amplo processo de conhecimento, interpretação, atribuição de juízo de valor, organização e instauração de ações e metas para melhorar o cumprimento das finalidades públicas e sociais das instituições” (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 43).

No tocante à avaliação institucional no Câmpus Goianésia, à época denominada UnU Goianésia, foram alvo do processo de autoavaliação os cursos de História, Letras, Pedagogia e Sistemas de Informação. Respeitando as diferenças de cada segmento, foi elaborado um questionário específico, que contemplou as dimensões da autoavaliação apontadas no PAI (2003-2006), nas orientações do SINAES e nas dimensões do CONAES.

A Lei n.10.861, de 14 de abril de 2004, reafirmada pelo Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006, dispõe as funções de regulação, de supervisão e de avaliação das instituições e dos cursos, sendo coordenado e supervisionado pela CONAES e operacionalizado pelo INEP. O Programa de Avaliação da UEG, a fim de desenvolver a cultura da avaliação, ultrapassa o marco regulatório, ao ressaltar a função formativa e o respeito à identidade *multicampi*, ou seja, respeito às diferenças de cada unidade, que atende ao princípio do processo de autoavaliação da UEG de “unidade na diversidade”.

Para atender e compreender a especificidade local, foi criada a Comissão Própria de Avaliação (CPA) responsável pelo relatório de autoavaliação. A CPA da UEG, criada em 13 de julho de 2004, mediante resolução do Conselho Universitário, CsU n.º 32, tem a responsabilidade de conduzir o processo da avaliação interna, sistematizar e publicar as informações à comunidade e ao INEP, respeitando assim o art.11 da Lei 10.861 de 2004, ou seja: “Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, [...]”.

O SINAES constitui como processo global que envolve a realização da Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) apresenta assim, a avaliação em seus diferentes momentos e instrumentais. No art. 3º da Lei n.10.861/2004, conforme explicitam Brzezinski; Carneiro; Brito (2006, p.61), lê-se:

A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, [...] relacionadas ao primeiro processo da AVALIES são estabelecidas “as dimensões que devem constituir o foco da avaliação institucional.

Fundamentadas no Programa de Avaliação Institucional da UEG, as dimensões orientam tanto a coleta de dados quanto a análise crítica dos resultados avaliados por segmentos. Os dados obtidos do processo de autoavaliação revelam, é claro, respeitando as particularidades de cada segmento, uma maior compreensão quanto a identidade e dinâmica da instituição, desde o início à conclusão da primeira etapa da autoavaliação, resumida na apresentação dos resultados. Conforme apresentados e discutidos os resultados pela comunidade acadêmica, ressalta-se que deve se entender que nem todas as dimensões são coincidentes para os segmentos, pois, é importante respeitar as especificidades de cada um.

Analisar as respostas apresentadas é um processo complexo, requer sobretudo, muito estudo e reflexões coletivas, produção de conhecimento, participação e imparcialidade. Nesse sentido,

reconhece-se o significado da importância da pesquisa-ação, que provoca o envolvimento dos sujeitos na pesquisa e oferece ao pesquisador/avaliador a oportunidade de percorrer os espaços intra e inter avaliados na instituição. Os sujeitos da pesquisa ao assumirem a condição de avaliadores e avaliados ampliam seu conhecimento acerca da UEG, transcendendo a avaliação meramente quantitativa.

### Metodologia

A presente investigação é de abordagem qualitativa, pesquisa documental, análise de documentos, e estudos comparativos entre concepções, processos e procedimentos metodológicos da autoavaliação na Universidade Estadual de Goiás (UEG), – Câmpus Goianésia, anos 2005 e 2015.

A pesquisa em autoavaliação utilizou o método do materialismo histórico dialético, ratificando a mútua relação entre sociedade, universidade e educação de forma crítica, caracterizada pela luta dos contrários, perpassando pela afirmação, negação e superação, o que possibilita uma maior compreensão do real.

Análise documental que busca a compreensão dos fatos e sua verificação de forma específica (MOREIRA, 2015) no qual o documento permite uma reflexão, identificação e avaliação das informações, na modalidade de pesquisa participante que é traduzida no envolvimento entre pesquisador e objeto pesquisado, propiciando segundo (BARDIN, 1997) uma melhor compreensão do funcionamento, atitudes, hábitos e interesses. E estudos comparativos entre concepções de avaliação institucional, instrumentos de coleta de dados e procedimentos metodológicos da autoavaliação da UEG nos anos de 2010 e 2015.

### Resultados e Discussões

A coleta de dados de 2005 foi realizada no mês de novembro, entre os dias 7 e 13, e no ano de 2015 a coleta de dados ocorreu do dia 1 ao dia 30 de setembro. Ambos realizados mediante questionário *on line*, disponibilizado pelo portal da UEG.

Entender avaliação como processo formativo e desenvolver sua cultura com conotação científica e formativa, compreendendo-a como processo contínuo, sistemático, democrático que envolve a comunidade acadêmica de forma consciente, crítica e reflexiva, foi um dos desafios dos avaliadores. No Quadro 1 estão dispostas as amostras de ambos processos avaliativos para o segmento professor.

**Quadro 1** – Número de respondentes – Segmento: professor 2005 X professor 2015

Número de respondentes - Segmento: Professor 2005 X Professor 2015			
	N. Professores na UnU/Câmpus Goianésia	Amostra	Porcentagem
2005	46	13	28%
2015	78	76	97,4%

Fonte: UEG/CAAI, 2006; UEG, 2016.

E no Quadro 2 estão dispostas as amostras de ambos processos avaliativos para o segmento aluno.

**Quadro 2** – Número de respondentes – Segmento: aluno 2005 X aluno 2015

Número de respondentes - Segmento: Professor 2005 X Professor 2015			
	N. Alunos na UnU/Câmpus Goianésia	Amostra	Porcentagem
<b>2005</b>	409	138	33,7%
<b>2015</b>	555	382	68,8%

Fonte: (UEG, 2006; 2016).

Essas amostras de sujeitos participantes do processo de avaliação 2005 e 2015 atingiram os percentuais programados pela CAAI/UEG e pela Gerência de Avaliação, portanto elas correspondem como amostra com percentuais confiáveis.

Sublinha-se que foram avaliadas dez dimensões, totalizando 58 questões em 2005 e em 2015, apenas cinco dimensões, em um total de 31 questões. É importante destacar que as lacunas visualizadas, em algumas dimensões no ano de 2015, é resultado das modificações na pesquisa avaliativa desse ano, em que a Gerência de Avaliação dividiu trienalmente os eixos.

Ao avaliar os eixos e dimensões, percebe-se a multidimensionalidade da UEG, e a importância destes no processo avaliativo. Entretanto, um dos principais obstáculos enfrentados pela autoavaliação da instituição é a participação da comunidade acadêmica.

Para que haja maior êxito no processo avaliativo, a cultura da avaliação deve ser quotidianamente estimulada. Um dos motivos do não desenvolvimento é a rara importância dada pelos gestores para uma ampla divulgação dos resultados e consequentes mudanças. Outro motivo é que as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n. 065/2014 deliberada pela UEG, infelizmente não condiz com as necessidades do processo avaliativo.

A constatação de que os problemas das instituições de ensino superior (IES) levantados pela pesquisa avaliativa praticamente repetiam-se anualmente, na maioria dessas IES, sendo a repetição em causa indutora de interpretações equivocadas sobre a importância da autoavaliação institucional, por parte da comunidade universitária (UEG, 2016, p. 18).

A atenção deveria voltar-se para a explicação e interpretação dos resultados com a comunidade acadêmica, a fim de desfazer os equívocos, despertando a compreensão e uma maior consciência e participação desta em prol do processo avaliativo, e não criar subterfúgios para mascarar ou amenizar as críticas recorrentes, que devem ser trabalhadas com mais intensidade na busca de superar as fragilidades.

Um dos maiores desafios encontrados pela equipe responsável pela avaliação institucional nas UnU/Câmpus, em especial Goianésia, foi envolver a comunidade na implementação e aceitação da autoavaliação. Destaca-se que nos anos de 2012 na UnU Goianésia a participação de todos os segmentos foi de apenas 12%, ocupando o último lugar no *ranking* das UnU da UEG. Os resultados estão descritos nos relatórios apresentados e publicados a partir de 2012 - Relatório Anual de Autoavaliação Institucional. Em 2013 a participação não foi muito diferente, somente 12,9% com todos os segmentos envolvidos.

No ano de 2014, as UnU, entre elas Goianésia, devido ao baixíssimo índice de participação, foram convocadas a melhorar sua atuação e participação junto à comunidade acadêmica. As estratégias aplicadas foram: comunicação oral, confecção de cartazes, mural interativo, reuniões com os segmentos, para divulgação e explicação sobre o que significa avaliação institucional e sua importância para a universidade. Os resultados foram satisfatórios representado pelo índice de 61,2% de participação de todos os segmentos. Se comparados apenas os segmentos docente e discente temos respectivamente: para o ano de 2012: 40% e 9,5%; para o ano de 2013: 25,5% e 11,5, para o ano de 2014: 100% e 55,4%.

Na sequência serão apresentados os segmentos aluno e professor, 2005 e 2015, presentes no questionário relativo aos itens de questões fechadas e abertas, respeitando, sobretudo a comparação das dimensões avaliadas em tais anos.

O alunado 2005 e 2015, mostram-se com as mesmas tendências quanto à potencialidades e fragilidades nos respectivos temas da dada dimensão. Devida a fragmentação dos eixos e dimensões no ano de 2015, o que possibilitou a análise comparatória dos anos 2005 e 2015 foi a participação dos discentes nos itens em aberto.

O item em aberto contou com a participação de 184 discentes. Diante das sugestões, opiniões e críticas, após análise de cada resposta apresentada em 2015 nas descrições do item, percebe-se que apesar de percorridos dez anos, as inexistências, insatisfações e satisfações permanecem as mesmas.

Os 33 itens analisados foram classificados como: 5 para inexistente (auditório, quadra, fotocopadora, laboratório para aula prática e acessibilidade); 14 itens para satisfatório e 14 para insatisfatório, ressalta-se que nos itens avaliados não houve nenhum melhoramento, destaca-se apenas que não ocorreu o aumento da insatisfação, o que não caracteriza uma contribuição para o progresso e melhoria da instituição nesse espaço temporal.

No segmento professor 2005 e 2015, otimisticamente, os docentes enaltecem as potencialidades. Como a pesquisa é uma investigação participante, os avaliadores da CAAI/UEG têm conhecimento da realidade cotidiana das UnU, o que respalda destacar, que, faltou por parte dos docentes uma análise crítica das precariedades da UEG.

No item em aberto desse segmento, participaram 16 docentes. Este assinalou três inexistências e duas insatisfações nos anos em estudo, o que demonstra o não atendimento às fragilidades e recomendações assinaladas nesse longo tempo transcorrido, 10 anos.

Os dados exibidos ultrapassam a pesquisa quantitativa disposta em quadros. Os dados por si só revelam uma percepção qualitativa da autoavaliação, à medida que são visíveis os avanços e retrocessos. Os eixos e as dimensões demonstram os múltiplos e complexos indicadores que se relacionam entre si, na coleta e na interpretação dos dados, adotados pelo processo avaliativo da realidade das UnU/Câmpus.

É perceptível, nos anos de 2005 e 2015, o movimento da participação no processo de autoavaliação do Câmpus Goianésia. O aumento no índice da participação não foi somente

quantitativo, considerando que a comunidade acadêmica do Câmpus vem valorizando o processo de avaliação institucional, como instrumento de melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Essa constatação foi percebida no depoimento dos discentes, durante a apresentação dos resultados para o Câmpus Goianésia. Em 2015, ao questioná-los sobre o porquê de nos anos anteriores, eles terem avaliado como potencialidade itens inexistentes, a resposta foi dada espontaneamente: *não queriam prejudicar a instituição e assinalaram as questões sem lê-las*.

Diante da discussão sobre a avaliação, nota-se que ela, por muito tempo na instituição, serviu apenas como cumprimento burocrático em que uma pequena parcela participava. Diferentemente dos grupos de pesquisa organizados em 2005, alguns procedimentos foram apresentados aos avaliadores/membros da CPA, em específico no ano de 2015, em seminários e oficinas, como orientações para realização do plano de trabalho, que de acordo com o relatório (UEG, 2016, p. 99),

[...] essas orientações se constituem em uma sugestão de roteiro de itens a serem considerados pelo(a) avaliador(a) no Câmpus, com vistas a sua inserção prévia à autoavaliação institucional, em bases científico-formais, no contexto e nos problemas que ocorrem no Câmpus e que tornaram-se objeto da avaliação realizada pela comunidade.

O modelo do roteiro apresentado pela Gerência de Avaliação é composto por sete itens. Apresentados como roteiro básico, teve como tópicos: Histórico do Câmpus; Apresentação Estrutura do Câmpus; Metodologia da Avaliação Institucional no Câmpus; Retorno à Comunidade Acadêmica dos Resultados da Avaliação Institucional; Cronograma; Referências. Esse modelo assinala a forma burocrática, não formativa, simplesmente, técnica de um plano de trabalho.

A visão progressista de avaliação da Comissão em 2005, priorizou a capacitação dos avaliadores/pesquisadores envolvidos no processo, organizando de um curso de *especialização lato sensu* para formá-los, pois, para atuar no campo da prática e da investigação é necessário qualificar-se. Entendendo que a formação e a construção do conhecimento são primordiais para atuação no campo da prática e da investigação dos pesquisadores avaliadores.

Em 2015, para sistematização dos resultados, orientou-se o procedimento teórico-metodológico que trata do modelo de análise estatística, o qual identifica as potencialidades, fragilidades, sugere recomendações, por categoria e segmentos.

Não é demais repetir que a análise, tecida nos anos de 2005 e 2015, mostra que as metas apresentadas no Relatório de 2005, após uma década, continuam inalcançadas. Essa condição é reveladora de que a finalidade da autoavaliação, como processo de desenvolvimento da cultura de avaliação na UEG, e propiciar o saneamento ou a minimização de fragilidades, não tem tido êxito ao longo destes anos, basta conferir os dados no Quadro 3.

**Quadro 3 – Metas propostas e concretizadas: 2005 e 2015**

Metas propostas e concretizadas: 2005 e 2015		
	Propostas em 2005	Concretizada até 2015
Construção do auditório	X	-

A construção da quadra poliesportiva	X	-
Ampliação do espaço do laboratório de informática	X	X
Manutenção dos computadores	X	X
Ampliação dos quadros efetivos por meio de concurso público e salários compatíveis com as funções.	X	-
Ampliar o acervo da biblioteca: número de livros e revistas científicas, assinatura de jornais	X	-
Informatizar a biblioteca	X	-
Construir rampas de acesso aos corredores e salas de aula para atender aos portadores de necessidades especiais, além de fazer ampla divulgação da existência de banheiro equipado para esta clientela.	X	-
Estudar e avaliar os serviços como a falta da copiadora.	X	-
Promover a participação de professores e alunos em projetos de pesquisa	X	X
Promover discussão sobre as relações entre coordenador/aluno/ professor/ funcionário.	X	X
Divulgar a proposta pedagógica dos seus cursos de maneira permanente, via internet, murais ou a criação de um Fórum Interno para discutir o perfil dos cursos.	X	-
Discutir amplamente os canais de comunicação e participação de sua comunidade discente, incentivo ao acesso da página da UEG, criar um instrumento de divulgação interna das decisões por meio de um Informativo.	X	-

Fonte: SILVA, 2006; UEG, 2016.

A permanência sem solução dos problemas: de infraestrutura, de ampliação do acervo e informatização da biblioteca, de acessibilidade e de comunicação interna e intercâmpus, é assustadora. Durante esses dez anos, somente quatro das 13 metas propostas foram concretizadas na UnU/Câmpus Goianésia.

Medidas paliativas são tomadas, como por exemplo: conferências, palestras, simpósios e seminários e são realizadas no auditório das escolas públicas ou no centro cultural da cidade; a semana esportiva conta com a parceria das escolas públicas ou do ginásio de esportes da cidade. Essas medidas comprometem a participação dos discentes, pois não há transporte coletivo para transportá-los para locais distantes do Câmpus.

## Conclusão

Os pesquisadores na avaliação institucional devem reconhecer que os indivíduos não são objeto de pesquisa, eles são sujeitos da pesquisa. O alerta de Barbier (2002) é muito pertinente: em avaliação institucional, a pesquisa se realizada com os sujeitos e não sobre eles.

Não restam dúvidas de que, sob o paradigma dialético, a reflexão acerca da realidade uegeana e a suas possíveis transformações são mediadas pelo envolvimento de todos, em uma ação coletiva, compromissada com processos e resultados que ultrapassam o simplismo tecnicista do gerencialismo. Esse reconhecido como tendência organizacional do trabalho advindo do modelo toyotista de organização da linha de montagem na fábrica. Para (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011, p. 234) “correspondência e a busca de eficiência, eficácia e efetividade. Seu enfoque é primordialmente

voltado à melhoria da qualidade do ensino traduzida em indicadores mensuráveis obtidos por meio de avaliações externas”.

Apesar da maioria das metas não terem sido alcançadas em um espaço de dez anos, mediante identificação do problema, a implementação, o acompanhamento e avaliação dos resultados, o Câmpus Goianésia tem progredido na compreensão do real significado da avaliação.

Conhecer a importância da autoavaliação vai de encontro com o desenvolvimento do Câmpus, pois, promove reflexão sobre o que tem sido realizado ou não, com base nos resultados. Através da interação e da busca por melhorias, as necessidades e realidade do Câmpus são trabalhadas, isso gera participação, que por sua vez desperta no indivíduo a consciência de que ele é parte integrante e integrada.

Quando os indivíduos, avaliadores e gestores entendem a avaliação como processo formativo e contínuo, necessário para o desenvolvimento da instituição, a dialogicidade se constrói naturalmente, na apresentação e discussões dos resultados, na utilização deste para o planejamento e metas a alcançar, na reivindicação das melhorias e na participação da autoavaliação.

## Referências

AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação educacional: regulamentação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2000.

BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Tradução Lucie Didio. Brasília: Plano, 2002.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 70. Ed. Lisboa, Portugal; LDA, 1997.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES - e dá outras Providências. Brasília: MEC, 2004.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos. In: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton Cesar (Orgs.). *Avaliação institucional: teoria e experiências*. São Paulo: Cortez, 2000.

NASCIMENTO, Maria Albertina Ferreira do. CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ. *Núcleo de Educação a distância: Avaliação Institucional e Educação*. Maringá, 2011.

SHIROMA, Eneida Otto. Política de Reprofissionalização, Aprimoramento, ou Desintelectualização do Professor? Intermeio: *Revista do Mestrado em Educação*. v. 9, p.64-83, Campo Grande: 2003.

SHIROMA, E. O.; GARCIA, R. M. C.; CAMPOS, R. F. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (org.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria das Graças Bueno da. *Relatório monográfico de auto-avaliação da unidade universitária de Goianésia*. 168fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Estadual de Goiás – UEG, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. *Relatório de Autoavaliação institucional de Anápolis*. Anápolis: UEG, 2016.

UEG/CAAI. *Relatório Geral de Auto-Avaliação da Universidade Estadual de Goiás*. Anápolis: UEG. 2006.